

## 2

### **Família: Construções Sócio-Culturais, Históricas e Interacionais**

Este trabalho insere-se em uma abordagem sociolinguística para o discurso, de caráter interacional (cf. Gumperz, 1982<sup>a</sup>; Goffman, 1974, 1981; Tannen & Wallat, 1987 *apud* Pereira & Bastos, 2002. p. 169-208), em interface com uma concepção sociocultural e interacional do afeto (cf. Irvine, 1982; Ochs, 1988b *apud* Pereira & Bastos, 2002. p. 169-208); numa corrente de estudos lingüísticos qualitativos que procura, ao focalizar as relações entre linguagem, afeto e hierarquia, relacionar as categorias verificadas nos dados obtidos à forma com que aparecem no contexto das interações e no discurso das entrevistas. Retomando o que alguns autores pensam sobre família, identidade, categoria e relacionamentos de ordem interacional da família, buscarei identificar como as conversas do dia a dia influenciam nos relacionamentos em família.

#### **2.1**

##### **Construção sócio-cultural e histórica da família**

Mello (2005:25) compreende família como sendo uma “instância fundamental na mediação entre indivíduo e sociedade” e, embora seja comum, ao pensarmos em família, nos vir à mente um pequeno grupo social, geralmente composto por um casal e seus filhos, essa configuração já se encontra modificada, do ponto de vista social e cultural. Hoje já é consensual, no meio acadêmico, “a compreensão de que as formas históricas da família variam muito quanto a sua estrutura, exercício de autoridade, funções, extensões do parentesco integrado e autonomia em relação ao meio social” (id. Ibid.).

Paulo (2005) traz um interessante retrospecto da família como uma entidade cultural e histórica. Historicamente, a estrutura familiar sofre variações no mundo todo. Lévi-Strauss (1976 *apud* Paulo, 2005:14) afirma que a família não é um fato substancialmente natural, fundado sobre uma essência biológica. Ele demonstra com seus estudos que “a família biológica é uma abstração

indeterminada, sem relação mais profunda com a realidade histórica” (p. 177). No seu entender, a família seria mais como uma “invasão da cultura no campo da natureza” (p. 178) do que algo biologicamente dado (*apud* Paulo, 2005: 15).

Lévi-Strauss (1956 *apud* Paulo, 2005:15) aponta, em seus estudos, diversos tipos de configurações familiares que existiram em algum momento da história e procura demonstrar que, se é verdade que a família sempre existiu, em todos os tempos e lugares, é irrelevante, do ponto de vista natural, a maneira como ela se constitui. O autor apresenta diversos casos onde a família assume uma configuração bem diferente da que estamos acostumados.

É interessante observarmos, ainda segundo Lévi-Strauss (id. Ibid.), a existência de famílias, como as existentes nas tribos bantos, na África, em que vigorava a poliginia, com o mesmo homem desposando várias mulheres; ou em outras sociedades, como a do Tibete e do Nepal, nas quais as famílias são constituídas com base na poliandria, em que são vários maridos que compartilham a mesma esposa, ficando para um deles o encargo de ser o “pai legal” de todas as crianças por ela geradas. O que se percebe, por meio da análise das observações de Lévi-Strauss (id. Ibid.), é que a questão da família não pode ser percebida de uma forma dogmática já que os padrões encontrados atualmente não são decorrentes da natureza, nem de uma necessidade universal.

Outros autores também citaram, em suas obras, diferentes tipos de famílias que podemos encontrar em outras culturas. Freud (1999 *apud* Paulo, 2005:18) relata como se davam os laços de parentesco em uma tribo australiana:

“Assim, um homem utiliza o termo ‘pai’ não apenas para o seu verdadeiro genitor, mas também para todos os outros homens com quem sua mãe poderia ter casado, e que, desse modo, poderiam tê-lo gerado. Emprega o termo ‘mãe’ não apenas para a mulher de quem na realidade nasceu, mas também para todas as outras mulheres que lhe poderiam ter dado à luz sem transgredir a lei da tribo; usa as expressões ‘irmão’ e ‘irmã’ não somente para os filhos de seus pais verdadeiros, mas também para os filhos de todas aquelas pessoas com as quais mantém uma relação de pais. (...) Desse modo, os termos de parentesco que dois australianos mutuamente se aplicam não indicam necessariamente qualquer consangüinidade, como os nossos indicariam: representam relacionamentos sociais mais do que físicos” (p.17).

E, mais adiante, descrevendo a instituição matrimonial chamada de “casamento de grupo”:

“...consiste num certo número de homens exercer direitos conjugais sobre um certo número de mulheres. Os filhos desse casamento grupal justificadamente considerar-se-iam então uns aos outros como irmãos e irmãs (embora não houvessem todos nascido da mesma mãe) e veriam todos os homens do grupo como pais” (p.17).

Ainda hoje encontramos culturas em que as famílias são formadas diferentemente das nossas; em países árabes, é comum um homem desposar várias mulheres e morarem todos juntos numa mesma casa inclusive com todos os filhos delas.

Morgan (1976 *apud* Paulo, 2005:20) foi o primeiro autor a questionar a crença na eternidade da estrutura familiar tal qual conhecemos hoje; ele introduz o fator histórico em algo que era visto como única e exclusivamente pertencente ao reino da natureza ou à pré-determinação divina. Ainda segundo Morgan, estudos antropológicos posteriores mostram que a forma que a família foi assumindo atendeu a determinações históricas e a família monogâmica deve sua origem ao surgimento da idéia de propriedade na mente humana, e ao desejo do homem de transmitir seus bens a seus herdeiros legítimos.

A esse respeito, Bock et al (2001 *apud* Paulo, 2005:21) afirmam:

“Vamos percebendo que a família, como a conhecemos hoje, não é uma organização natural, nem uma determinação divina. A organização familiar transforma-se no decorrer da história do homem. A família está inserida na base material da sociedade ou, dito de outro modo, as condições históricas e as mudanças sociais determinam a forma como a família irá se organizar para cumprir sua função social” (p. 248).

Na mídia, deparamo-nos, constantemente, com notícias sobre as mudanças dos papéis dentro das famílias modernas, revertendo as relações entre seus membros. O que era comum até bem pouco tempo, a família tradicional, formada e consolidada nas figuras de pai, mãe e filhos morando todos juntos é cada vez mais rara. Segundo Érica Andrade, jornalista da equipe do jornal Correio Braziliense (04/11/07), os números comprovam a mudança que vem sofrendo a família; ela afirma que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve uma redução no número de domicílios brasileiros formados por casal e filhos, de 59%, em 1992, para 52,8%, em 2002.

Ainda que em escala bem menor, já é possível encontrarmos casais homossexuais adotando crianças (Mello, 2005), avó dando à luz aos filhos da filha

e muitas outras mudanças surgidas por razões tais com o avanço da genética. O que se percebe, enfim, é que este é realmente um momento em que se pára para repensar as relações familiares, com as novas concepções sobre família revelando noções, valores e preocupações distintos relacionados às questões sociais e culturais inerentes a cada contexto.

Na avaliação de Rodrigo da Cunha Pereira, presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam), (Correio Braziliense, 04/11/07), as mudanças dos costumes e da moral sexual, associadas à evolução científica, alteraram completamente as famílias; mas afirma que essas mudanças não implicam necessariamente em algo ruim, apenas que se a família deixou de ser um núcleo econômico e de reprodução; hoje ela é muito mais o espaço do amor, do companheirismo, da solidariedade e do afeto. E mais: continuará sendo a base de qualquer sociedade, por mais que a sua configuração varie.

É significativo observar que cada vez mais crescem, no Brasil, novos arranjos familiares como lares chefiados por mulheres, casais que compartilham as tarefas domésticas e famílias gays e lésbicas. Perucchi & Beirão (2007, p. 57-69) em artigo intitulado: “Novos arranjos familiares...” no qual relatam uma pesquisa que buscou investigar as concepções que mulheres chefes de família têm sobre paternidade, afirmam que cresce, no Brasil, o número de lares chefiados por mulheres. Para as autoras (id. Ibid.) segundo Castells (1999):

“O crescimento de famílias chefiadas por mulheres, assim como de outras configurações familiares diferentes do modelo tradicional, tem sido vertiginoso nas sociedades ocidentais, cuja organização sociocultural foi tradicionalmente pautada em um modelo patriarcal.”

Wagner et al., (2005, p. 181-186), em artigo sobre os papéis e funções dos pais na família contemporânea, apresentam “uma análise do exercício e da divisão de papéis e funções desempenhados pelos pais na criação e educação de seus filhos em idade escolar”. Afirmam que, a partir da década de 1980, os papéis dentro da família mudaram significativamente, “apesar de suas representações ainda estarem relativamente marcadas por modelos tradicionais de parentalidade e paternidade.” (cf. Trindade, Andrade & Souza, 1997 *apud* Wagner et al., 2005, p. 181-186). De acordo com as autoras:

“ Importantes fenômenos e movimentos sociais, tais como, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e sua maior participação no sistema financeiro familiar acabaram por imprimir um novo perfil à família. Em contraponto à estrutura familiar tradicional, com o pai como único provedor e a mãe como única responsável pelas tarefas domésticas e cuidado dos filhos, o que vem ocorrendo na maioria das famílias brasileiras de nível sócio-econômico médio é um processo de transição. Atualmente, em muitas famílias já se percebe uma relativa divisão de tarefas, na qual pais e mães compartilham aspectos referentes às tarefas educativas e organização do dia-a-dia da família” (p. 181).

Grossi (2003, em artigo para publicação pela Universidade Federal de Santa Catarina) apresenta algumas reflexões em torno de modelos familiares que têm tido mais visibilidade ultimamente, abordando como a temática das famílias gays e lésbicas tem aparecido na mídia nos últimos anos no Brasil. A autora cita como exemplo o caso de duas lésbicas, “jovens de menos de 30 anos, que tiveram na paixão pela outra a revelação de sua homossexualidade” (p.2) e que nunca viram a maternidade como algo excludente em suas vidas, “ao contrário, fazia parte do projeto de conjugalidade desde o princípio” (p.2).

Considerando que as famílias já variavam muito em sua forma e estrutura no decorrer da história, chegando à existência de novos relacionamentos, já em fase de reconhecimento jurídico, como a conjugalidade homossexual (Mello, 2005), é necessário repensar também as novas relações de ordem interacional estabelecidas entre pais e filhos bem como sobre os novos valores que permeiam essa relação, foco do presente estudo.

## **2.2**

### **Identidades sócio-afetivas na família**

#### **2.2.1**

##### **Identidades de mãe**

Segundo Paulo (2005:42-65) em belíssimo trabalho sobre “Ser Mãe”, é comum quando se fala sobre mãe, reportarmos-nos imediatamente à figura da mulher que está no imaginário popular como sendo uma santa.

Em estudos sobre o que é ser mãe, Falcke (2002 *apud* Paulo, 2005:43) faz um inventário sobre o que é ser mãe no imaginário social e ressalta que “a imagem que a sociedade atual tem de mãe é a de um ideal de amor e afeição,

dotada de devoção e grande generosidade para com os filhos.” A mãe é aquela que ama incondicionalmente os filhos e é capaz de tudo por eles. É, portanto, única e imprescindível para o desenvolvimento dos filhos.

Em contraponto à figura anterior, que vê a mãe como ideal de perfeição; a fim de traçar um histórico da maternidade e questionar não a existência do amor materno, mas desse “mito de um amor incondicional, abnegado e absoluto, fruto de um instinto invencível, encontrado indistintamente em todas as mulheres normais que se tornam mães”, Badinter (1985 *apud* Paulo, 2005:46) retoma a trajetória das relações desenvolvidas entre mães e filhos na Europa, desde o século XVII até o século XIX, mostrando-nos sob quais circunstâncias esse mito foi construído e divulgado.

Ainda que não seja objetivo do nosso estudo nos atentarmos detalhadamente ao processo histórico da representação da figura materna, é interessante observar resumidamente o que Badinter (id. Ibid.) nos apresenta, para nos auxiliar na questão da construção da identidade materna. No séc. XVII, na sociedade européia, todo poder era dado ao homem, as mulheres eram vistas apenas como complemento do homem, assim, era considerado natural que a mulher priorizasse os interesses do marido, ainda que em detrimento dos interesses dos filhos. Aqui encontramos mulheres que estão muito distantes do que chamamos de “boa mãe”. No entanto, deve-se destacar que ser boa mãe não era o que se esperava delas.

A maior parte das crianças européias dos séc. XVI/XVII eram separadas dos pais logo ao nascer e levadas para a casa da ama-de-leite onde eram, usualmente, mal alimentadas e criadas em meio à sujeira. Ora, continua Badinter (op. cit.), se as mulheres da sociedade consideravam que cuidar de crianças era perda de tempo, “para as famílias pobres, o filho era, muitas vezes, uma ameaça à própria sobrevivência do casal” (p.46). Talvez isso explique a forma como os bebês eram tratados: abandono e indiferença eram normais àquela época.

Badinter (1985 *apud* Paulo, 2005:47) constata, em sua pesquisa, que o fato de as mães considerarem perda de tempo cuidar dos filhos e freqüentemente entregarem-nos, logo ao nascer, às amas-de-leite, tratando-os com abandono e indiferença, não se restringia à sociedade européia dos séculos XVI e XVII. Em todas as nações, à proporção “que o povo se torna mais civilizado, rico e culto,

mais as mães renunciavam às funções maternas, deixando os filhos aos cuidados de outros.”

Segundo Costa (1999 *apud* Paulo, 2005:50), a situação no Brasil, no tempo colonial, não era diferente, pois aqui também inexistia uma aproximação maior, um convívio mais íntimo entre pais e filhos. Foi somente a partir de 1760, na Europa, segundo Badinter (1985), e após a chegada da família real no Brasil, segundo Costa (1999), que o sentido de intimidade familiar começou a ser concebido. Só a partir de então é que esse amor absoluto e incondicional, inerente a todas as mães, começou a ser gerado.

Aos poucos, o foco ideológico foi deixando a figura do pai, até então autoridade absoluta, e passou a iluminar a mãe. Para conseguir essa mudança, foi produzido todo um discurso de dignificação da maternidade, cujo objetivo era convencer as mulheres de que o trabalho materno, cuidador dos filhos, era especificamente feminino, nobre e de extrema importância, mais do que isso, indispensável. O discurso pregava que as mulheres não tinham vindo ao mundo senão para serem mães e, ainda que o homem quisesse muito, não seria capaz de executar as tarefas a elas designadas.

Assim, embora pregassem que não havia dever mais delicioso, ocupação mais agradável do que zelar pelos filhos, a batalha foi mais longa para convencê-las a fazer maiores sacrifícios em favor de seus filhos, para que elas se tornassem as mães admiráveis que interessavam ao Estado e à sociedade. Ainda segundo Badinter (1985 *apud* Paulo, 2005:53), “foram necessários mais de cem anos para combater o egoísmo e a indiferença materna; foi preciso apelar para o seu senso de dever, culpá-las e até ameaçá-las.”

Enfim, influenciadas pelo discurso que apelava para o seu senso de dever, as mães aceitam sacrificar a própria liberdade em favor dos filhos, dedicando mais do seu tempo e de suas vidas a eles. Mas o novo tipo de relação materno-filial exigia a presença efetiva da mulher-mãe no lar, sacrificando não apenas a carreira, mas também dez ou quinze anos de sua vida para bem educar os filhos. Mas, apesar de todos os sacrifícios que a maternidade exige, ela vem preencher um imenso espaço na vida feminina, pois é através dela que a mulher se torna a “rainha do lar”, uma figura enfim importante dentro da família.

Contudo, no século XX, década de 1960, com o surgimento do movimento feminista, “questionando todas as ‘certezas’ que o discurso dominante trazia sobre a natureza e as práticas femininas”, conforme Paulo (2005:61-62) contestou-se o fato de a mulher ser alguém dotada para o sofrimento e o sacrifício, capaz de se anular em favor do marido e dos filhos. As feministas buscavam mostrar que a independência e a ambição não eram atributos apenas masculinos, que a maternidade nem sempre era a preocupação primeira e instintiva de toda mulher. Não necessariamente a mulher teria que escolher abandonar suas ambições pessoais pelo interesse em ter um filho.

Conseqüentemente, as mulheres, não apenas por necessidade, mas também por vontade própria, optam pelo trabalho fora de casa e vão, pouco a pouco, invadindo o mercado de trabalho. Contudo, diante da dupla jornada de trabalho, as mulheres começam a demonstrar o desejo de dividir as tarefas que desempenhavam junto aos filhos com os pais das crianças; assumindo outra função, segundo Winnicott (1982 *apud* Paulo, 2005:59), que é o de servir como intermediária entre a criança e o pai.

Ainda segundo Paulo (2005), hoje as mulheres já conseguem admitir que, mesmo quando amam seus filhos, há momentos em que se sentem exauridas pelas solicitações contínuas que eles representam. Uma mulher normal pode inclusive não desejar ser mãe sem ser condenada por isso, consciente de que essa é apenas uma vontade que se manifesta em umas mulheres e em outras não.

Ao final dessas reflexões, parece-me claro que o amor materno está longe de ser algo profundamente inscrito na natureza feminina, como um sentimento que existe *a priori* em todas as mães. A concepção de amor materno é construída sócio-historicamente, em função dos papéis sociais de mãe atribuídos à mulher, e depende, certamente, da história de cada mulher, de suas expectativas, e seus desejos.

## 2.2.2

### Identidades de pai

De acordo com Paulo (2005:66), o pai e o exercício da paternidade não têm merecido, na sociedade ocidental, a mesma ênfase que é dada à mãe e à

importância de seu papel junto ao filho. Para a autora, apenas na última década, desenvolveram-se estudos sobre a masculinidade e a paternidade, com a explicação de que tradicionalmente a importância do pai na criação do filho é bem menor que a da mãe. O pai é alguém que vai servir como um modelo para o filho e é, para ele, o portador do poder e da autoridade, da censura e da interdição. Pareceu-me assim interessante focalizar, em meu estudo, a figura paterna historicamente, a fim de entender identidades atuais de paternidade.

Considereei importante, para este estudo, a abordagem de Zoja (2005), que recupera a construção histórica da figura paterna, sua função e a crise que vem atravessando principalmente nas sociedades ocidentais. O autor aborda a discussão sobre o que o filho espera do pai e afirma que, segundo a tradição patriarcal, trata-se de algo diferente daquilo que se espera da mãe; o filho quer que seu pai seja forte e vencedor. Após narrar um episódio da história do pai de Freud, que sofrera humilhação em via pública, mas, principalmente por não haver agido com heroísmo, afirma:

“Se uma mãe deixa-se humilhar, o filho talvez reaja negativamente. Nunca, porém, vemos que a rejeite, como Freud fizera com seu pai. Muito dificilmente o filho lhe diria: ‘Você não é uma mãe verdadeira.’ No entanto, o pai que se deixa ofender pode ouvir dizer que não se comporta como pai. Se o filho adota esse ponto de vista, significa que não sentir seu pai por perto apenas pelo bem e pelo amor que ele lhe transmite, mas também por sua força: pois as relações existentes na sociedade não são apenas de amor ou de justiça, mas também de pura força” (p.12).

Zoja (2005) apresenta-nos um fato que chama de *paradoxo do pai* e esclarece que, como regra geral, a mãe será valorizada como tal por aquilo que faz com o filho: uma grande tarefa claramente identificável; ao contrário, o pai não é apenas pai por aquilo que faz com o filho, mas também por aquilo que faz com a sociedade, pela sua postura perante a sociedade. O autor pretende fazer-nos ver que a imagem do pai mais arraigada no Ocidente é formada pelo mito grego e pelo Direito romano, mesmo tendo-se modificado e que as mudanças ocorridas nos anos 1970, 1980 e 1990 também foram importantes, não obstante sejam apenas uma fina camada de espuma no imenso turbilhão da nossa História.

Esta obra vai partir das origens mais remotas da história do pai, de sua evolução psicológica através dos tempos, com passagens psicologicamente

decisivas: a pré-história do pai, depois sua concepção na Grécia e Roma, o advento do cristianismo, as Revoluções Francesa e Industrial; por fim, as guerras mundiais e a revolução da família, que tornaram visível a separação de pais e filhos. A seguir, o autor volta sua atenção aos mitos e normas da Antigüidade, pois afirma ser no limite entre natureza e cultura que se centra a discussão sobre a origem do pai. Zoja (2005) afirma que:

“no âmbito da família monogâmica patriarcal, prevalecente na sociedade histórica, o pai é um produto da cultura e parece não existir na Natureza. Pai também no sentido mais óbvio: diferentemente da mãe, que dá vida ao filho de um modo evidente, o macho, para entender que ele também participava na geração do filho, e, portanto, para transformar-se em pai, precisou de uma certa capacidade de raciocínio” (p.21-22).

A seguir, traz uma constatação interessante:

”O pai é uma construção, o pai é um artifício: diferentemente da mãe, que preserva no campo humano uma condição consolidada e onipresente no que diz respeito à vida animal. O pai é programa, é intencionalidade, é vontade e é, assim, auto-imposição. (...) Além das aparências impostas pela cultura patriarcal, quando comparado à mãe, o pai é muito mais inseguro a respeito de sua própria condição” (p.22).

O autor (id. Ibid.) ao apresentar-nos as figuras paternas na Grécia e na Roma clássicas, afirma que a Grécia inventa a superioridade do pai sobre a mãe como reação à insegurança original que o pai sempre tivera quanto à legitimidade dos filhos; a mãe é vista, então, mesmo durante a gravidez, apenas como uma nutriz que alimenta o filho. Os romanos colocam o pai em um lugar mais elevado em relação ao filho.

“Mas as leis de Roma nos dizem também outra coisa que se aplica aos pais de todos os tempos: mesmo o pai legítimo deve cumprir um ato público com o qual afirma sua própria vontade de ser pai do filho. Criada para distinguir os filhos legítimos, essa norma torna-se inconscientemente uma metáfora da condição paterna. Para ser pai – diferentemente da mãe... - não basta gerar um filho. É necessário também uma vontade adequada” (p.23).

A seguir, arremata brilhantemente: “Mas se toda paternidade é uma decisão, toda paternidade requer uma adoção, mesmo que o filho já tenha sido gerado material e legitimamente por esse pai” (p.23).

Zoja (2005) conclui que o fato de ser pai requerer uma efetiva adoção do filho deve-se à constatação de a paternidade ser um fato psicológico e cultural, a geração física, diferentemente da maternidade, não basta para assegurá-la; “a paternidade simplesmente não continuará a ser expressa, construída e descoberta pelo ato do nascimento, mas passo a passo, na relação do pai com o filho ao longo da vida” (p.24). O que torna o homem pai não é tanto o fato de haver gerado materialmente o filho, é o encontro com a criança, está implicado no ato de assumir a responsabilidade por um outro ser, de forma voluntária, e não instintiva.

Ao ocupar-se das atuais condições do pai na vida cotidiana, o autor conclui que o pai não é prontamente disponível; mas é preciso, antes de tudo, ter claro se essa busca da figura paterna constitui a verdadeira intenção. O pai ideal, na visão do autor, deveria favorecer o crescimento, a diferenciação e a autonomia dos filhos.

O que se percebe, segundo Paulo (2005):

“é que tanto o homem quanto a mulher não nascem pai ou mãe, tornam-se pai e mãe. Eles constroem suas identidades parentais incorporando valores e características que lhes são transmitidas, através de modelos, em diálogo com cada contexto de experiências de vida. Paternidade e maternidade se constituem, assim, ‘campos privilegiados do encontro da natureza com a cultura’ (Ramires, 1997:75)” (p.79).

No entanto, na pós-modernidade, os homens resolvem se libertar dos mitos da masculinidade e fazem sua própria revolução, desconstroem o antigo ideal de virilidade e mudam rumo a um novo homem mais feminilizado. Tornam-se mais sensíveis e aproximam-se mais dos filhos, com os quais já são capazes de construir uma forte relação de afeto e amizade; começa a surgir então um novo pai, um pai que busca desenvolver uma relação de amizade e companheirismo com os filhos.

Ramires (1997 *apud* Paulo, 2005:82), em estudo no qual fez um levantamento de diversas teorias a respeito da paternidade, procurou, através de uma pesquisa qualitativa, compreender de uma forma diferenciada qual o ponto de vista dos próprios pais, sobre o fenômeno da paternidade. A conclusão dessa pesquisa é que os homens do final do século XX colocavam a paternidade como área prioritária de sua vida. Ramires (id. Ibid.) afirma que o desejo de “maternar” não é exclusivamente feminino. É cada vez mais presente no homem o desejo de

assumir o papel de pai e de ter uma maior participação na criação dos filhos. Os homens entrevistados demonstraram que têm sentimentos e preocupações muito semelhantes aos das mulheres, além de desejarem um envolvimento maior nas tarefas e atividades do dia-a-dia de seus filhos. Segundo Paulo (2005:82), a pesquisa mostrou que esses pais já estavam efetivamente incorporando essas atividades ao seu cotidiano.

Outro aspecto que a pesquisa de Ramires aborda é o fato de que, fazer ou não parte do dia-a-dia dos filhos, estar ou não presente nos momentos de suas vidas, participar ou não das etapas do seu desenvolvimento tem enorme influência no sentimento e na vivência da paternidade. A nova relação estabelecida entre pais e filhos, além de ser muito gratificante para ambos, ainda estimula o desenvolvimento de um forte apego entre os dois. Paulo (2005) coloca que:

“A pesquisa denota, assim, o surgimento de um novo pai, que busca desenvolver com os filhos uma relação mais próxima, desde que esses filhos são bebês, e fundamentada na amizade e na confiança recíproca. Esse novo pai é um modelo menos autoritário, rígido e hierárquico. Busca ser parceiro dos filhos, alguém com quem eles saibam que podem sempre contar, e auxiliá-los melhor em seu desenvolvimento. A nova relação estabelecida entre pais e filhos, além de ser muito gratificante para ambos, ainda estimula o desenvolvimento de um forte apego entre os dois. E quanto mais o homem desenvolve sua auto-confiança em relação à sua capacidade de exercer bem o papel de pai, melhor também fica sua auto-estima de maneira geral” (p. 83).

Paulo (2005) destaca que é cada vez mais evidente o fato de a paternidade, tal qual a maternidade, não se reduzem a apenas gerar um filho. Conclui afirmando que a paternidade “vai muito além do fato biológico, natural; envolve aspectos psicológicos, sociais e afetivos... independente de ter ou sido o sêmen daquele homem usado para gerar aquela criança.” (p. 88).

Gadotti (1998:109 *apud* Paulo, 2005:88-89) ressalta:

“O amor paterno (materno) não é simples nem complicado. O amor paterno exige presença ativa, diálogo... permanentes, intermináveis, mesmo quando os casamentos se desfazem. (...) Eis a questão da paternidade: é preciso ter tempo e disponibilidade para viver com os filhos. Amor paterno (materno) é presença ativa e atenção. É construção. Não é instintivo, genético. É conquista.”

É interessante para o nosso estudo sobre a identidade paterna a constatação da autora (Paulo, 2005:90) de que a paternidade, enquanto relação, começa a ser

construída desde a infância daquele que virá a ser pai, nas experiências que teve com seu próprio pai e na decisão que tomará de reproduzir ou não o modelo paterno. Esclarece que o caminho mais comum é que se reproduza o modelo conhecido, no entanto, reconhece que os homens dessa nova era, que tiveram que construir uma nova paternidade, “tiveram que reformular o comportamento do próprio pai, repetindo seus méritos e qualidades, mas reparando seus defeitos na tentativa de superá-los” (p.90).

Para finalizar, retomo Zoja (2005:19) segundo o qual:

“Estudos fidedignos [Pleck, *in* Lamb (1997)] indicam que nos Estados Unidos, em poucas décadas, a imagem do pai compartilhada e preferida pela maioria das pessoas foi deslocada do chefe de família para o *co-parent* (o pai que compartilha das tarefas da mãe)”

## 2.3

### Relacionamentos na ordem interacional da família

Deborah Tannen (2003), lingüista e analista da conversa, concentra-se, em seus trabalhos, nas tensões diárias e nas trocas verbais que tanto constituem como complicam os relacionamentos familiares. A autora afirma que é por meio da conversa que nossos relacionamentos são criados e moldados, e, para entendermos os relacionamentos, é primordial compreendermos os mecanismos da conversa cotidiana, poderosa e/ou problemática entre os membros de uma família. Ela volta sua atenção para as conversas em família, onde os relacionamentos são turbulentos, e convida-nos a refletir sobre o porquê de as conversas em família tantas vezes girarem em círculos como se cada um falasse uma língua, embora procurassem, em muitos momentos, usar os mesmos termos.

A autora examina a linguagem das conversas do dia-a-dia e como ela funciona – ou deixa de funcionar – para criar, reforçar, complicar e melhorar os relacionamentos em família; como a maneira de falar contribui “tanto para o bálsamo especial como também para aquela dor específica que encontramos na família” (Tannen, 2003:14). A família é considerada, pela autora, “como uma pequena comunidade da fala, uma unidade orgânica que se modela e se mantém pela linguagem, na qual tudo o que é dito para o outro vem carregado de significados vindos de experiências vivenciadas.” (p.14.).

Nesse ponto, temos um dos aspectos mais significativos para nosso estudo: o fato de que reagimos não apenas ao significado das palavras faladas – a mensagem, mas também àquilo que pensamos que essas palavras dizem sobre os relacionamentos – a metamensagem.

Para que se possa entender melhor o que está sendo dito, Deborah Tannen define:

“As metamensagens são significados não declarados que captamos com base no modo como alguém falou – tom de voz, fraseado – e em associações que trazemos para a conversa. Seria possível dizer que a mensagem comunica o significado das palavras, mas a metamensagem traz o significado do coração” (p.15).

Aqui reside, a meu ver, o ponto mais difícil dos relacionamentos familiares; quantas vezes nos sentimos aborrecidos, rejeitados, incompreendidos por algo que entendemos a partir das interpretações que fazemos e não necessariamente do que foi dito explicitamente; atendo-nos, então, à metamensagem e não à mensagem.

Daí muitas vezes a dificuldade de se separar os sentidos ambíguos de carinho e crítica. Um exemplo disso é o fato de ser muito comum numa família confundir-se cuidado com crítica devido ao modo como as palavras são colocadas e que nem sempre se tem a tranqüilidade para, diante da dúvida, questionar se era aquilo mesmo que o outro queria dizer.

Segundo Tannen (2003), em capítulo intitulado “Desculpe, mas não estou pedindo desculpas”, a fim de ilustrar uma interação no contexto da família, inicia narrando um fato acontecido com um garotinho de três anos e sua mãe acerca de se pedir desculpas. O garotinho afirmava não gostar de pedir desculpas, sentimento compartilhado com o pai; a partir daí, a autora trabalha o pedido de desculpas, do ponto de vista da fala da mulher, não como algo com o qual se pretenda humilhar a pessoa que pede, mas como um modo de procurar reconhecer o impacto que nossas ações tiveram sobre a pessoa e tentar restaurar sua confiança.

A fim de esclarecer as diferentes posturas das pessoas ao pedido de desculpas, a autora retoma os conceitos de conexão e controle como sendo:

“as forças que impulsionam todas as nossas conversas – como usamos a conversa para ficarmos mais perto uns dos outros ou colocarmos distância entre nós; como as palavras que escolhemos nos ajudam a obter domínio ou mostrar respeito. Tudo isso ganha um sentido a mais quando as pessoas com quem falamos são membros da família, porque a família é a instituição mais hierárquica e também a mais unida” (p. 16-17).

Tannen (2003:17) diz que “ao falarmos com pessoas da família, lutamos para encontrar um *continuum* entre proximidade e distância” e chama de conexão a quando queremos estar perto das pessoas, sem nos sentirmos sufocados; e controle, quando o que uma pessoa quer não corresponde ao que a outra se dispõe a oferecer e sente-se, portanto, invadida. A autora afirma que na sua visão, “o conflito familiar pode ser evitado ou suavizado se os homens vierem a compreender por que as desculpas são importantes para as mulheres e reconhecerem seu poder para terminar um conflito” (id. Ibid.:136).

A seguir, toma como foco a interação entre pais e filhos, na qual dá voz a uma filha que estava com os pais à mesa depois de jantar, em que planejavam uma viagem que os pais fariam. No entanto, enquanto mãe e filha discutiam algumas variáveis como data da partida, como viajariam, quem visitariam; e, como o pai ficasse quieto, a mãe resolve incluí-lo na conversa dizendo-lhe que têm que tomar uma decisão e ele responde com uma pergunta: “-Como você pode tomar uma decisão se não pára de falar?” (Tannen, 2003:143).

Na verdade, a autora pretende mostrar-nos que mãe e pai tinham visões diferentes do que se passava no momento, enquanto para a mãe o prazer da viagem começava na preparação, para o pai era algo que deveria ser decidido rapidamente, sem muita conversa. Na seqüência, deixa claro o alinhamento da filha com a mãe diante do prazer do que chama de “conversa de camaradagem” (p.144) para concluir que: “a conversa dos sexos cria confusão entre pais e filhos do sexo oposto tão seguramente como entre os próprios pais”(p. 156), afirmando que os momentos de interação são vistos, muitas vezes, como um jogo verbal, no qual sempre há um vencedor e um vencido e que um jeito muito comum de os homens mostrarem afeto é através das provocações.

É interessante destacar para nosso estudo, os comentários da autora sobre linhas de poder ou linhas de conexão; a fim de ilustrar o que vai dizer, a autora se reporta aos trabalhos da antropóloga Elinor Ochs e seus alunos, que gravaram conversas à mesa do jantar em famílias norte americanas de classe média; a

seguir, toma um momento específico para sua ilustração: diante da sugestão da mãe para que o filho contasse ao pai o que havia feito no caratê naquele dia, estaria iniciando uma dinâmica na qual o pai avaliaria, como um juiz, as ações da criança. No entanto, adverte:

“Mas eu apostaria que esse resultado é inadvertido, que o objetivo da mãe era *envolver* o pai, trazê-lo para dentro do círculo familiar que, segundo ela, é estabelecido por meio da conversa de camaradagem” (p. 170).

Temendo que o caso narrado seja tomado como regra, esclarece que os estudos de Ochs e Taylor deixam claro que nem todas as famílias são iguais e que “muitas questões surgidas em família não são, no fundo, de linguagem, mas negociadas por meio da fala” (p.176).

No capítulo intitulado “Caras, vocês estão vivendo no passado”, Tannen conta rapidamente histórias de pais e filhos adolescentes enfatizando a mudança que se opera nas relações entre eles quando estes entram na adolescência e nos convida: “Bem-vindo ao mundo dos filhos adolescentes e seus pais cansados de guerra” (p. 181)

A fim de exemplificar o subtítulo que usa neste momento, “A tempestade antes da bonança”, afirma que os desafios dos pais de filhos adolescentes são mais complexos do que quando eles eram pequenos e um fato que contribui bastante para isso é “o duplo sentido de cuidar e criticar, complicando tudo o que é dito em uma família” (p. 181). E arremata com uma explicação:

“Os pais esperam obter dos filhos o que estes desejam dos pais: amor e aprovação incondicionais. E a maioria dos pais (avós ou outros adultos no papel de protetores) consegue isso, mais ou menos, até os filhos chegarem à adolescência, quando então isso desaparece. De repente, nada do que um pai diz ou faz está certo. ‘Se eu digo uma coisa’, uma mãe diz da filha adolescente, ‘ela se sente oprimida. Se digo outra, fica brava. Se não digo nada, deduz minha desaprovação. E, se a elogio, parece ser isso o que a deixa mais brava’. ‘Você não pode julgar!’ ela diz. ‘Você é completamente tendenciosa!’ É um caso agudo de ‘Não posso nem abrir a boca’” (p.182).

Tannen justifica o comportamento dos adolescentes que julgam duramente os pais pelo fato de eles mesmos se sentirem constantemente julgados pelo mundo e pelo fato de cada um ver no outro certa dose de irracionalidade; ela suspeita que, na verdade, “o que faz com que os adolescentes fiquem verbalmente agressivos – ou emburrados e taciturnos” (p.202) seja o fato de não conseguirem se explicar

com clareza aos pais, além de manterem entre si alinhamentos mutáveis. Ao citar um documentário da televisão, destaca que o casal protagonista tem maneiras diferentes de expressar desaprovação, a mãe é direta, enquanto o pai tenta pacificar diminuindo a crítica da mulher, mas fazendo à sua maneira sua própria crítica.

O último capítulo selecionado, para este momento do estudo, cujo título é: “Ainda sou sua mãe!”, trata do relacionamento entre mãe e filhos adultos. Nele, Tannen (2003:227-265) narra o caso de uma filha que, aos sessenta e dois anos, ainda se ressentia com as críticas maternas quanto ao seu jeito de se vestir. Todavia, pondera que ouvira as lembranças do ponto de vista da filha e que provavelmente a compreensão seria diferente do ponto de vista da mãe.

Finalmente, a autora recupera que até o presente momento do estudo:

“tem discutido como as metagensagens sobre conexão e controle complicam a comunicação entre filhos adultos e seus pais, especialmente as mães. Mas seria enganador tentar deixar implícito que essas complicações definem a maioria dos relacionamentos entre mãe e filho (a). Para muitas pessoas, a imagem de mãe é quase sacrossanta em sua experiência, nas lembranças ou na imaginação, por causa do conforto que os cuidados de uma mãe representam. Nesse sentido, novamente, o relacionamento entre mãe e filho é o mais central da família, por representar mais fortemente o conforto e a proteção sugeridos pela própria palavra *família*” (p. 249).

A fim de exemplificar a construção de identidades nos momentos de interação numa família, Kendall (2006, pp.412-441), no artigo intitulado *Honey, I’m home...*, aborda noções de *enquadre, alinhamento e esquemas de conhecimento* ao estudar o discurso de duas famílias na hora do jantar. Esclarece que para entender o discurso na hora da refeição, nas famílias, é necessário estudar o amplo contexto no qual ele ocorre; para tal, a autora faz uso de uma abordagem de enquadramento ao examinar duas situações de jantar de duas famílias em que ambos os pais trabalham fora de casa e têm cada uma das famílias uma filhinha de pouco mais de dois anos.

A autora salienta como eles, no discurso, negociam enquadres e alinhamentos para detectar as divergências frequentemente conflituosas entre os membros da família. Kendall (2006:421-435) identifica os alinhamentos e enquadres que ocorrem durante o jantar, mas focaliza especificamente em como

os pais criam seus discursos e mantêm a criança centrada nos alinhamentos familiares num enquadre social.

A pesquisa distingue os acontecimentos em cada família: em uma, os alinhamentos competem com outros, incluindo o da criança, mas os pais iniciam e mantêm o alinhamento exigido dos membros da família. Na segunda família, a mãe faz um apelo para um enquadramento social em geral e à criança um alinhamento em particular como uma estratégia de reparar o menor conflito entre o pai e a criança. Enfim, na primeira família cria-se um alinhamento da criança com os outros, mas na segunda isso não acontece. No entanto, na segunda família, a importância desses alinhamentos para um jantar harmonioso é sugerido pelo fato de que o enquadramento que a mãe tenta fazer para estabelecer a ordem retifica as situações.

As análises feitas por Kendall (id. ibid.) identificam os métodos pelos quais um membro da família, no caso a mãe, se empenha em adaptar as perspectivas da criança: criação e manutenção do seu alinhamento; demonstram, enfim, como essas duas famílias americanas discursivamente apresentam uma orientação particular em direção à criança e sua interação familiar.

Ao final dessas leituras, e considerando as mudanças que as famílias têm sofrido no decorrer da história, faz-se necessário repensar as novas relações de ordem interacional estabelecidas entre pais e filhos, bem como os novos valores que permeiam essa relação. A exemplo de alguns desses valores destaco as identidades sócio-afetivas na família começando por Paulo(2005) segundo a qual a concepção de amor materno é construído sócio-historicamente, em função dos papéis sociais de mãe atribuídos à mulher, e depende, certamente, da história de cada mulher, de suas expectativas e desejos; ainda segundo essa autora, a paternidade, enquanto relação, também é construída e começa nas experiências com o próprio pai e na decisão que tomará de reproduzir ou não o modelo paterno.

Deborah Tannen (2003) em *“Só estou dizendo isso porque gosto de você”* afirma que é por meio da conversa que nossos relacionamentos são criados e moldados e, para entendermos os relacionamentos é fundamental compreendermos os mecanismos da conversa cotidiana, poderosa e/ou problemática entre os membros da família. A autora examina a linguagem das conversas do dia-a-dia e como ela funciona – ou deixa de funcionar – para criar,

reforçar, complicar e melhorar os relacionamentos em família; como a maneira de falar contribui “tanto para o bálsamo especial como também para aquela dor específica que encontramos na família” (op. cit. p. 14).

Essas análises contribuem para nossa compreensão do discurso familiar identificando como os membros da família negociam discursivamente e empregam mudanças de turno em alinhamentos, como esses turnos funcionam para perceber as necessidades dos membros da família, e como essas mudanças de turno trabalham para criar e manter a solidariedade familiar.